

## ANEXO I

### TERMO DE REFERÊNCIA PARA AQUISIÇÕES/SERVIÇOS

#### 1. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1 Contratação de empresa especializada para o fornecimento de Material de Expediente, para atender as necessidades de toda a Rede Municipal de Saúde pelo período de 01 (um) ano, conforme condições, especificações, exigências e estimativas estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

1.2	<b>Requisitante:</b>	Hospital Municipal Raul Sertã; Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro; Central de Regulação, Controle e Avaliação; Conselho Municipal de Saúde; Gerência de Saúde Mental; Programa Melhor em Casa; Subsecretaria de Atenção Básica; Estratégia de Saúde da Família; Centro de Referência em Saúde do Trabalhador – Serrana I; Programa IST/AIDS/Hepatites Virais Nova Friburgo; Promoção da Saúde; Vigilância Epidemiológica; Subsecretaria de Vigilância em Saúde; Divisão de Vigilância em Saúde Ambiental; Divisão de Vigilância e Fiscalização Sanitária; Hemocentro Regional de Nova Friburgo; Fundo Municipal de Saúde.
1.3	<b>Fundamentação legal:</b>	Pregão Eletrônico, Via Registro de Preço nos termos da Lei nº14.133/21
1.4	<b>Período:</b>	01 (um) ano a contar da assinatura da ATA de Registro de Preço.
1.5	<b>Tipo:</b>	Menor preço unitário nos termos da Lei 14.133/21.

1.6 Aquisição de material de expediente, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

**FUNDO = SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**HMRS = HOSPITAL MUNICIPAL RAUL SERTÃ**  
**HMNF = HOSPITAL MATERNIDADE DR MÁRIO DUTRA DE CASTRO**  
**AB = SUBSECRETARIA DE ATENÇÃO BÁSICA**  
**ESF = ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA**  
**REG = CENTRAL DE REGULAÇÃO, CONTROLE E AVALIAÇÃO**  
**HEMO = HEMOCENTRO REGIONAL**  
**SM = GERÊNCIA DE SAÚDE MENTAL**  
**CEREST = CENTRO DE REFERÊNCIA EM SAÚDE DO TRABALHADOR – SERRANA I**  
**IST = PROGRAMA MUNICIPAL IST/AIDS/HEPATITES VIRAIS**  
**PRO = Promoção em Saúde**  
**EPID = Vigilância Epidemiológica**  
**VIG = SUBSECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE**  
**AMB = DIVISÃO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE AMBIENTAL**  
**SANIT = VIGILÂNCIA SANITÁRIA**  
**CONS = CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA FRIBURGO**

CATMAT	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	U/C	FUNDO	HMRS	HMNF	AB	ESF	MEC	REG	HEMO	SM	CEREST	IST	PRO	EPID	VIG	AMB	SANIT	CONS	QTDE
389278	1	Almofada p/carimbo n.º 3, medindo aproximadamente 7x11,0cm - Tinta Azul.	UNID	0	0	0	0	0	0	0	5	6	0	0	0	0	1	2	6	0	20
203285	2	Almofada p/carimbo n.º 3, medindo aproximadamente 7x11,0cm - Tinta Preta.	UNID	0	0	5	36	104	2	3	5	6	0	0	0	0	1	2	6	0	170
428757	3	Almofada p/carimbo n.º 3, medindo aproximadamente 7x11,0cm - Tinta Vermelha.	UNID	0	0	0	0	0	0	2	0	3	0	0	0	0	0	2	0	0	7
425330	4	Apagador para quadro branco	UNID	5	15	5	10	21	4	0	0	19	01	0	0	2	2	10	2		96
344642	5	Apontador para lápis, c/1 furo e lâmina de aço.	UNID	100	50	12	75	460	2	0	20	95	0	05	10	0	20	3.640	12	2	4503
206995	6	Barbante 100% algodão, com 08 fios, 400 gr, rolo com aproximadamente 300 m.	ROLO	10	5	0	30	100	0	5	2	48	0	0	0	0	0	2	1	0	203
419863	7	Bateria 9 volts - alcalina não recarregável.	UNID	0	50	0	100	80	0	0	0	0	0	0	0	0	0	12	0	0	242
437684	8	Borracha branca, macia e atóxica, medindo, aproximadamente, 45x17x7,3 mm.	UNID	120	20	24	300	400	10	0	30	192	06	05	10	16	20	3.640	12	0	4805

332858	9	Caderno 1/4, espiral, 96 folhas brancas pautadas, capa dura, medidas aproximadas de 200mm X 275mm.	UNID	100	100	20	165	800	5	0	0	84	0	08	10	0	15	100	0	2	1409
459413	10	Caixa arquivo inativo (arquivo morto), em polionda, com campo para anotação. Medidas aproximadas de 35 X 13,5 X 25CM. Cor azul ou preta.	UNID	320	500	40	300	320	50	50	500	125	20	10	20	200	50	100	120	10	2735
449376	11	Caixa correspondência do tipo tripla com inclinação entre as bandejas, material de polietileno, incolor. Comprimento: 370 mm Largura: 260 mm Altura: 50 mm	UNID	25	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	25
411703	12	Caneta esferográfica, de material plástico cristal, ponta metálica de tungstênio, escrita fina, corpo sextavado, de boa qualidade, tinta azul.	UNID	650	1500	325	3000	3000	36	100	200	776	24	60	100	0	100	1000	144	50	11020
432816	13	Caneta esferográfica, de material plástico cristal, ponta metálica de tungstênio, escrita fina, corpo sextavado, de boa qualidade, tinta preta.	UNID	350	800	195	1.500	1500	36	0	100	642	0	60	50	0	50	1000	144	0	5.527
335747	14	Caneta esferográfica, de material plástico cristal, ponta metálica de tungstênio, escrita fina, corpo sextavado, de boa qualidade, tinta vermelha.	UNID	250	500	50	1.500	1000	14	300	100	258	08	20	50	0	50	1000	0	0	5100
428782	15	Caneta marca texto, corpo de material plástico, ponta fluorescente, cor amarela.	UNID	250	500	60	300	920	6	50	100	114	08	20	10	0	3	1000	144	2	3487
335741	16	Caneta/marcador para quadro branco, ponta macia para não danificar o quadro; ponta de acrílico 4.0 mm. Tinta na cor: azul	UNID	15	20	0	100	180	12	0	0	40	03	0	0	3	3	20	8	0	404

335740	17	Caneta/marcador para quadro branco, ponta macia para não danificar o quadro; ponta de acrílico 4.0 mm. Tinta na cor: preta	UNID	10	0	0	100	180	12	0	0	40	03	0	0	3	3	20	8	0	379
335743	18	Caneta/marcador para quadro branco, ponta macia para não danificar o quadro; ponta de acrílico 4.0 mm. Tinta na cor: vermelho	UNID	0	0	0	80	90	12	0	0	25	03	0	0	3	3	20	8	0	244
293994	19	Caneta p/ retroprojektor, ponta fina (aproximadamente 1mm), tinta permanente na cor preta.	UNID	15	20	40	80	60	5	0	50	21	0	10	0	3	3	20	12	0	339
323323	20	Caneta p/ retroprojektor, ponta fina (aproximadamente 1mm), tinta permanente na cor vermelha.	UNID	15	10	0	80	30	5	0	50	13	0	0	0	3	3	20	12	0	241
317874	21	Caneta p/ retroprojektor, ponta fina (aproximadamente 1mm), tinta permanente na cor azul.	UNID	15	50	0	80	30	5	0	20	21	0	0	0	3	3	20	12	0	259
435048	22	Caneta pincel atômico, com ponta de feltro e tinta a base de álcool na cor azul.	UNID	0	50	50	50	60	5	0	0	35	0	0	0	3	6	20	0	0	279
335740	23	Caneta pincel atômico, com ponta de feltro e tinta a base de álcool na cor preta.	UNID	12	25	0	50	60	5	0	0	35	0	0	0	3	6	20	0	0	216
359955	24	Capa plástica em PVC A4, cor preta.	UNID	500	120	0	1000	200	10	0	100	64	0	0	0	0	0	10	0	0	2004
400546	25	Capa plástica em PVC A4, cor transparente.	UNID	500	120	0	1000	200	10	0	100	18	0	0	0	0	0	10	0	0	1958
301612	26	Carimbo automático de plástico, no tamanho aproximado de 1,4x3,8cm, cor preta, do tipo alto relevo - CANCELADO	UNID	25	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	25
301612	27	Carimbo automático de plástico, no tamanho aproximado de 1,4x3,8cm, cor preta, do tipo alto relevo - CÓPIA	UNID	25	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	25
301612	28	Carimbo automático de plástico, no tamanho aproximado de 1,4x3,8cm, cor preta, do tipo alto relevo - URGENTE	UNID	25	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	25

301612	29	Carimbo automático de plástico, no tamanho aproximado de 1,4x3,8cm, cor preta, do tipo alto relevo - RECEBIDO	UNID	25	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	25
301612	30	Carimbo automático de plástico para autuação, no tamanho aproximado de 1,4x3,8cm, cor preta, do tipo alto relevo. Contendo as seguintes informações: Nº Proc. _____ Rubrica _____ Folha _____	UNID	25	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	25
449560	31	Cartolina na cor branca, gramatura de 150 g, tamanho aproximado de 550x730mm	Fls.	0	0	0	700	500	10	0	0	216	0	0	0	0	10	30	0	1466
272501	32	Clips galvanizados, nº 4/0, caixa com, no mínimo, 100 unidades.	CX.	200	350	30	300	500	25	0	30	72	03	15	02	1	10	150	120	1808
228285	33	Clips galvanizados, nº 6/0, caixa com, no mínimo, 100 unidades.	CX.	200	350	10	300	500	20	0	30	72	03	20	02	2	10	150	120	1789
292447	34	Cola em Bastão, atóxica, à base de água, lavável, com tampa hermética para evitar ressecamento. Embalagem: Tubo com, no mínimo, 20 gr.	UNID	75	100	20	250	300	6	10	50	126	0	05	0	0	5	1000	12	1961
356763	35	Cola plástica branca, líquida, não tóxica, lavável, não inflamável, embalagem com, no mínimo, 90g.	UNID	75	100	0	250	300	10	0	40	126	0	0	0	0	5	1000	12	1918
201129	36	Corretivo líquido, à base de água, atóxico, secagem rápida, frasco com, no mínimo, 18ml.	UNID	75	100	40	250	300	12	0	50	66	06	06	06	16	6	100	12	1047
614471	37	Corretivo Fita de polietileno 5mmx10m	UNID	25	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	25
307868	38	Disco laser Cdrw, gravável e regravável/cdr-w, 700mb, embalagem plástica individual, tempo de gravação 90 – velocidade 52x, 32x, 52x caixa com 10 unidades	CX.	30	0	0	10	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	40
401408	39	Elástico de látex, n.º 18, alta resistência, caixa com de 25g, contendo, no mínimo 30 unidades.	CX.	250	100	20	300	300	15	0	5	75	0	06	01	10	10	210	24	1326

485372	40	Estilete Lâmina Retrátil emborrachado com trava de segurança, lâmina em aço de 18 mm, medidas aproximadas de 16x4cm.	UNID	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	40	0	0	0	0	0	40
473520	41	Envelope pardo, 18x25.	UNID	3000	5000	1000	8000	20000	200	0	3000	800	0	200	50	100	100	200	240	0	41890
469057	42	Envelope pardo, 25x35.	UNID	3000	24000	500	12000	60000	200	0	1000	1300	0	200	250	150	250	200	240	0	103290
467346	43	Envelope pardo, 31x41.	UNID	0	12000	0	0	0	0	0	1000	480	0	0	150	150	50	200	240	0	14270
461221	44	Envelope pardo, 37x45.	UNID	0	24000	0	0	0	0	0	500	138	0	0	50	20	0	200	240	0	25148
243207	45	Envelope plástico polipropileno cristal transparente 12x18 02 faces com uma abertura atóxico	UNID	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2000	0	0	0	0	0	2000
260343	46	Espiral para encadernação, capacidade para, no mínimo, 100 folhas, preto – pacote com 100un	PCT.	50	20	0	1000	130	20	0	0	18	0	0	0	0	0	20	0	0	1258
398300	47	Etiqueta auto adesiva para impressora Laser + Inkjet, formato A4, tamanho 31 x 17mmmm, 96 etiquetas por folha - caixa com 100 folhas.	CX	0	20	0	50	0	6	0	0	5	01	0	01	0	0	2	0	0	85
324442	48	Etiqueta auto adesiva branca, tamanho 31,0 x 63,5 mm, formato A4 (27 etiquetas por folha), cx c/, no mínimo, 100 folhas.	CX	0	10	12	60	100	6	0	0	5	0	0	01	0	10	2	04	0	210
429829	49	Extrator de grampo, tipo espátula, em metal.	UNID	50	150	15	36	120	4	5	20	45	01	03	0	8	0	40	03	0	500
140341	50	Ficha Pautada, tam. 14X22; pct c/ 100 unid- para controle de estoque. Conforme Modelo em Anexo.	UNID	3.000	0	0	0	0	1	0	1000	12	01	0	0	0	10	10	0	0	4034
278974	51	Fita adesiva, material: crepe, tipo: monoface, largura : 45mm, comprimento: 50m, cor branca, aplicação multiuso	UNID	25	20	0	180	200	6	0	30	63	03	36	10	5	100	100	0	0	778
279105	52	Fita adesiva plástica, transparente, 12mmx50m.	UNID	25	50	30	200	1000	12	10	30	57	03	0	10	5	20	100	24	2	1578

445375	53	Fita adesiva plástica, transparente, 48mmx45m.	UNID	25	50	0	200	1000	12	20	30	57	03	12	10	5	0	300	24	2	1750
467077	54	Fita métrica com no mínimo 1,50 m, confeccionada em nylon resistente.	UNID	0	0	12	50	120	2	0	2	16	0	0	03	0	0	50	0	0	255
333315	55	Fitolho plástico simples, com espessura de, aproximadamente, 10mm, rolo com 300m.	ROLO	5	0	0	60	140	0	0	0	24	0	0	0	0	5	2	1	0	237
433011	56	Grampeador de mão (tipo alicate), confeccionado em metal, para grampos de 26/6, com depósito de grampos em inox, com capacidade para grampear, no mínimo, 25 folhas. Característica adicional: apoio emborrachado	UNID	300	80	20	55	120	6	10	10	24	02	05	04	8	3	20	3	2	672
234267	57	Grampeador tipo mesa, com capacidade para grampear, no máximo, 240 folhas simultâneas, retração automática, estrutura metálica compatível com diversos tipos de grampos, ajuste de profundidade, apoio da base em borracha ou similar.	UNID	25	10	2	15	30	1	0	5	12	0	0	0	2	3	2	3	0	110
264233	58	Grampo trilho niquelado, haste (lingueta) com, no mínimo, 50mm, caixa contendo 50 unidades.	CX	50	20	10	100	100	0	0	10	26	0	0	0	10	5	2	12	1	346
244698	59	Grampos para grampeador, modelo 23/10, caixa com, no mínimo, 5000 grampos, em metal, reforçado e com proteção antiferrugem.	CX	40	24	0	150	150	12	0	50	10	0	0	0	5	50	60	24	0	575
236480	60	Grampos para grampeador, modelo 23/6, caixa com, no mínimo, 5000 grampos, em metal, reforçado e com proteção antiferrugem.	CX	0	50	0	80	120	12	0	50	10	0	0	0	5	10	60	24	0	421
203137	61	Grampos para grampeador, modelo 26/6, caixa com, no mínimo, 5000 grampos, em	CX	0	150	20	150	800	12	10	50	32	03	24	0	20	4	60	24	0	1359

		metal, reforçado e com proteção antiferrugem.																			
272348	62	Lápis n.º 2, composto de madeira reflorestada e material atóxico, medindo, no mínimo, 17cm de comprimento.	UNID	500	150	50	1200	2600	12	0	100	378	0	36	50	16	2	15.00 0	144	0	20338
463253	63	Livro de ata, 220x330mm, vertical, capa dura, papel sulfite, com 200 folhas brancas, pautadas e numeradas.	UNID	150	200	50	150	250	10	2	30	44	02	05	05	10	0	10	0	2	920
373005	64	Livro protocolo, com 100 folhas, capa dura, medindo, aproximadamente, 160 x 220 mm.	UNID	500	240	50	90	300	2	2	5	20	02	06	02	5	0	20	0	2	1246
426612	65	Marcador de página 5 cores, material de adesivo plástico transparente, 12 x 45 mm – 100 folhas	PCT	25	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	25
252703	66	Papel carbono, material: película poliéster, aplicação: máquina datilografia, tipo: monoface, comprimento: 330mm, largura: 220mm, cor preta. Caixa c/ 100 folhas.	CX	30	20	2	30	24	5	0	10	13	0	01	0	0	4	3	36	0	178
368718	67	Pasta arquivo tipo suspensa, confeccionada em papelão, com medidas aproximadas de 240x350mm, prendedor interno grampo trilho.	UNID	300	300	0	360	1260	120	0	100	810	20	300	0	0	0	400	120	0	4090
287013	68	Pasta confeccionada em papelão plastificado, com trilho de metal e medidas aproximadas de 230x350mm.	UNID	500	350	300	400	1260	100	0	50	192	0	12	0	0	2	100	120	0	3386
454460	69	Pen Drive 32 GB	UNID	25	40	10	20	70	2	0	5	16	03	02	05	1	0	20	3	5	227
242789	70	Percevejo niquelado, 10 mm, caixa com 100 unidades.	CX	10	20	0	50	200	1	0	0	12	0	03	0	1	0	10	4	0	311
434707	71	Perfurador de papéis, de metal, com dois furos de aproximadamente 6mm de diâmetro, perfuração até 40 folhas (papel	UNID	25	60	10	14	50	4	0	5	16	01	03	01	2	2	20	3	0	216



		75g/m²), régua posicionadora de papel e depósito de coleta.																			
419861	72	Pilha grande, modelo D, alcalina, não recarregável.	UNID	0	12	0	120	100	0	0	0	6	0	0	0	0	0	240	0	0	478
419862	73	Pilha média, modelo C, alcalina, não recarregável.	UNID	0	170	24	300	500	0	0	12	6	0	0	0	0	0	0	0	0	1012
419860	74	Pilha palito, modelo AAA, alcalina, não recarregável.	UNID	25	180	30	300	1000	12	0	30	120	0	0	20	0	20	30	32	0	1799
419859	75	Pilha pequena, modelo AA, alcalina, não recarregável.	UNID	25	400	60	300	1000	12	0	30	120	0	0	0	0	0	2.100	0	0	4047
411977	76	Prancheta portátil, confeccionada em eucatex, medidas aproximadas de 340X230mm, com pegador metálico de papéis.	UNID	10	100	10	60	100	10	0	10	29	0	05	10	3	10	100	24	0	481
471221	77	Porta caneta, clips e lembretes. Material: Polietileno da cor transparente. Dimensão: aproximadamente 9x8x24 cm	UNID	25	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	25
246530	78	Quadro branco de uso profissional, confeccionado em MDF e sobreposto por laminado melamínico branco. Moldura em alumínio. De uso próprio para canetas do tipo pincel atômico não permanente, possibilitando escrever e apagar com apagador de feltro. Tamanho: 1,50x1,20 mts Com suporte para apagador e canetas Deverá acompanhar apagador de feltro.	UNID	0	10	8	70	80	3	0	0	13	01	0	0	1	2	10	2	0	200
295889	79	Registrador A-Z, ofício, com visor, lombo largo, com medidas aproximadas de 34,5 x 28,5 x 8 cm	UNID	146	250	0	99	360	10	0	50	60	20	0	02	200	2	100	16	0	1315
394469	80	Régua 30 cm de inox	UNID	50	50	40	80	200	2	5	10	93	03	03	05	8	5	10	6	0	570
464173	81	Tesoura de uso geral 21 cm.	UNID	30	50	15	60	200	2	0	10	52	03	05	05	8	5	10	6	2	463



**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A



PROCESSO Nº: 10.326/2024

RUBRICA: \_\_\_\_\_ FOLHA: \_\_\_\_\_

416510	82	Tinta p/carimbo cor azul 40 ml.	UNID	0	30	0	0	0	0	0	10	3	0	02	0	0	2	2	6	0	55
307745	83	Tinta p/carimbo cor preta 40 ml.	UNID	0	24	0	70	100	3	15	10	15	0	0	0	0	0	2	6	0	245
410329	84	Tinta p/carimbo cor vermelha 40 ml.	UNID	0	6	0	0	0	0	5	10	0	0	0	0	0	0	2	0	0	23

1.7 O objeto desta contratação se enquadra como bem comum, não sendo bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 1746, de 2022.

1.8 O prazo de vigência da contratação é de 01 (um) ano contados da Assinatura da Ata de Registro de Preço, na forma do artigo 84 da Lei nº 14.133/2021.

1.9 O fornecimento de bens é enquadrado como continuado tendo em vista que se trata de uma necessidade constante de um insumo utilizado frequentemente dentro da Unidade de Saúde, sendo a vigência anual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b', da Lei nº 14.133/2021).**

2.1 A Secretaria Municipal de Saúde de Nova Friburgo realiza anualmente licitações para o abastecimento das Unidades de Saúde que compõem sua estrutura com a devida previsão dos itens nelas utilizados.

2.2 A aquisição objetiva a continuidade dos trabalhos, assim como possibilitar o exercício profissional na rede de saúde, uma vez que se trata de materiais de escritório e de extrema importância para prosseguimento do exercício laboral das Unidades Requisitantes, como nos consultórios, recepção e centros de atendimentos.

## **3 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c', e art. 40, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021)**

3.2 Aquisição de MATERIAL DE EXPEDIENTE, para atender as necessidades de toda a Rede Municipal de Saúde pelo período de 01 (um) ano, através da realização de certame licitatório, a fim de determinar o fornecimento do material pelo menor preço unitário, de forma mais econômica possível à administração.

3.1.1 A presente aquisição será através do Sistema de Registro de Preço de acordo com as hipóteses previstas no Decreto Federal nº 11462/2023, Art. 3º, em principal pela imprevisibilidade do quantitativo a ser utilizado., cumprindo o dispositivo constitucional constante no art. 37, caput e inciso XXI da CF/88.

## **4 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd', da Lei nº 14.133/2021).**

4.1. A contratada deverá cumprir o objeto do presente estritamente de acordo com o apresentado no Termo de Referência, em específico:

4.1.1 Atender às solicitações nos prazos estipulados.

4.1.2 Aceitar o controle/análise de qualidade dos materiais, realizada pelas Unidades Requisitantes.

4.1.3 Entregar o material nos horários e locais estabelecidos no Termo de Referência.

4.1.4 Substituir os produtos entregues, caso se apresentem impróprios para consumo.

4.1.5 Manter durante todo o período de vigência do contrato, todas as condições que ensejaram a sua habilitação na licitação e contratação.

### **4.2 Sustentabilidade:**

4.2.1 Não foi encontrado critérios de sustentabilidade do presente objeto no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, porém, cabe destacar que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

4.22 A Contratada deverá comprovar, sempre que solicitado, o prazo de validade dos produtos que serão entregues.

4.23 Os produtos deverão ter o prazo de validade descrito nas embalagens individuais, nos termos da legislação vigente.

- Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133/2021):

Não será necessário a apresentação/indicação de marcas, características ou modelos para a presente contratação.

- Da exigência de amostra:

Não Cabe.

- *Da vedação de contratação de marca/produto:*

Não Cabe.

- Da exigência de carta de solidariedade:

Não Cabe.

- *Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.*
- *Da garantia exigida e ofertada:*

Não Cabe.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (arts. 6º, XXIII, alínea “e” e 40, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).**

5.1 *O prazo de entrega dos bens é de 20 (vinte) dias corridos, contados a partir do recebimento da nota de empenho, em remessa parcelada, conforme conveniência e necessidade das Unidades Requisitantes.*

5.2 *A Contratada deverá proceder com a entrega do objeto no local e horário arrolados abaixo, respeitando sempre o período de solicitação de cada Unidade Requisitante:*

- **ALMOXARIFADO CENTRAL** – Av. Conselheiro Julius ARP, nº 80 Bl. 12 Galpão 202, Centro, Nova Friburgo/RJ;
- *Horários: Segunda a Quinta, das 09h:00 às 16h:00, respeitando o horário de almoço entre 12h:00 às 13h:00;*

5.3 *Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 3 (três) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.*

5.4 Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de 2 (dois) dias úteis, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

5.5 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 3 (três) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.6 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 2 (dois) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

5.6.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.7 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **6 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f”, da Lei nº 14.133/21).**

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*).

6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

6.3 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, *caput*).

6.3.1 O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

6.3.2 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

6.3.3 O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

6.3 O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

6.4 Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*).

6.5 A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

6.6 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.7 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.8 Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

6.9 O acompanhamento, a gestão e a fiscalização da contratação serão exercidos por representantes da Contratante, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dar ciência à Administração, na forma do disposto no capítulo VI do título III da Lei Federal nº14.133/21.

6.10 O(s) fiscal(is) do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, determinando o que for necessário à regularização das faltas observadas e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

6.11 O(s) fiscal(is) designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato;

6.12 A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência;

6.13 A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada pelos danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão.

6.14 Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 14.133/21 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATANTE:

6.14.1 Atestar as faturas/notas fiscais da CONTRATADA oriundas da realização dos serviços licitados;

6.14.2 Efetuar os pagamentos devidos, nos prazos estabelecidos, à contratada;

6.14.3 Prestar as informações e os devidos esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

6.14.4 Aplicar as penalidades constantes no item das Sanções Administrativas do presente Termo de Referência, bem como instrumento editalício e Lei nº14.133/21, em caso de descumprimento de qualquer obrigação por parte da CONTRATADA.

## **7 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'g', da Lei nº 14.133/2021)**

7.1 As Notas Fiscais deverão ser emitidas em nome de: **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ: 11.399.442/0001-79 - AVENIDA ALBERTO BRAUNE, Nº 224, SALA 221, CENTRO, NOVA FRIBURGO/RJ, CEP 28613-001.**

7.2 Da liquidação da despesa:

7.2.1 A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto nº 2493, de 07 de novembro de 2023.

7.2.2 Deverá ser observado no momento da emissão do Documento Fiscal e na liquidação da despesa os dispositivos do Decreto Municipal nº2480/2023, o qual dispõe sobre a arrecadação do Imposto de Renda incidente na fonte de que trata o art. 157, inciso I, da Constituição Federal, nos pagamentos a pessoas jurídicas efetuados por órgãos, Fundos e Fundação instituída e mantida pelo Município, observando ainda as regras aplicáveis ao Imposto de Renda incidente na fonte estabelecidas pelo art. 64 da Lei Federal nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e pela Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012. [https://pmnf.rj.gov.br/paginas-centralizadas/9\\_64\\_Legislacoes.html](https://pmnf.rj.gov.br/paginas-centralizadas/9_64_Legislacoes.html)

7.3 Do pagamento da despesa:

7.3.1 O pagamento será efetuado conforme estabelecido no Decreto Municipal nº 2493, de 07 de novembro de 2023, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

Negativa de Débitos Trabalhistas; Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais; FGTS; PGE – referente à Dívida Ativa Estadual; Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa; Estadual CND – referente ao ICMS.

7.3.2 A Nota Fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido;

7.3.3 Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (s), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

7.3.4 Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

7.3.5 O pagamento será efetuado pelo Município de Nova Friburgo mediante crédito em conta-corrente da contratada, até o 30º (trigésimo) dia corrido, a contar da atestação da Nota Fiscal apresentada pela contratada, desde que cumpridas as formalidades legais e contratuais previstas, e de acordo com o Decreto Municipal nº 2493, de 07 de novembro de 2023.

## **8 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘h’, da Lei nº 14.133/2021)**

8.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento licitatório, com fundamento na hipótese do art. 6º, inciso XXXVIII, alínea ‘a’ da Lei nº 14.133/2021 (indicar um dos incisos da Lei nº 14.133/2021, conforme o caso concreto).

8.2 Na fase de habilitação da empresa, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

8.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.3 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.4 O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

8.5 Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.6 É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.7 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.8 Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.11 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

**8.12 Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:**

**8.12.1 Habilitação Jurídica:**

A) Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

B) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

C) Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

D) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

E) Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

F) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

G) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

H) Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

I) Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

J) Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**8.12.2 Regularidade Fiscal e Trabalhista:**



8.12.2.1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.12.1.2 - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.12.1.3 - O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.12.1.4 - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Municipais (ISS) expedida pela Secretaria Municipal de Fazenda, e da Certidão da Dívida Ativa Municipal comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra equivalente, tal como certidão positiva com efeito de negativa, na forma da lei;

8.12.1.5 - Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Estaduais (ICMS) expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda e da Certidão da Dívida Ativa Estadual comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra(s) equivalente(s), tal (ais) como certidão (ões) positiva(s), com efeito, de negativa(s), na forma da lei;

8.12.1.6 - Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual, Distrital ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.12.1.7 - Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.12.1.8 - Prova De Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, expedido pela Caixa Econômica Federal –CEF.

8.12.1.9 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

8.13 - Dos benefícios fiscais da ME'S, EPP'S e EQUIPARADAS na fase de habilitação:

8.13.1 - A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato ou retirada de nota de empenho, no entanto, por ocasião da participação neste certame licitatório, deverão apresentar toda a documentação exigida para tanto, mesmo que esta apresente alguma restrição;

8.13.2 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal exigida neste edital, será

assegurado à microempresa ou empresa de pequeno porte que apresentou o menor preço no certame o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do momento em que for declarada a vencedora, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Municipal, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

8.13.3 - Falta de regularização da documentação no prazo estabelecido neste edital implicará a decadência do direito à contratação e a aplicação de sanção administrativa, conforme previsto neste edital e na Lei 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes para celebrar a contratação, na ordem de classificação, cancelar o item ou revogar a licitação.

#### **8.14 Qualificação Econômico-Financeira:**

8.14.1 - Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.14.2 - Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, há menos de 90 (noventa) dias da data da licitação, exceto quando dela constar o prazo de validade. - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.14.3 - Para a licitante sediada na Cidade de Nova Friburgo, esta prova será feita mediante apresentação de certidão emitida pelo único Distribuidor Oficializado desta Comarca.

8.14.4 - A licitante, sediada em outra comarca ou estado da federação, poderão apresentar, juntamente com as certidões exigidas, declaração passada pelo foro de sua sede ou qualquer outro documento idôneo que indique os cartórios ou ofícios de registro que controlam a distribuição dos pedidos de falências e concordatas. A declaração poderá ser solicitada como documento complementar pelo pregoeiro.

8.14.5 - No caso de as certidões apontarem a existência de algum fato ou processo relativo à solicitação de falência ou recuperação judicial, a empresa deverá apresentar a certidão emitida pelo foro competente, informando em que fase se encontra o feito em juízo.

8.14.6 - Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial, caso seja comprovado, no momento da entrega da documentação exigida no presente item, que o plano de recuperação já foi aprovado ou homologado pelo Juízo competente.

8.14.7 - Comprovação de capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou valor total estimado da parcela pertinente, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, na forma da lei, admitida a atualização para esta data através de índices oficiais.

#### **8.15 Qualificação Técnica:**

8.15.1 - Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.15.2 - Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.15.2.1 – Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

8.15.2.2 - Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.15.3 - O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

## **9 OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES:**

### **9.1 Da Contratada:**

- a) atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência do Contrato ou Ata de Registro de Preços, limitada ao quantitativo de cada item;
- b) ao fornecimento do objeto, de acordo com as especificações constantes no Edital, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor;
- c) responsabilizar-se pela boa execução e eficiência no fornecimento do produto objeto do edital;
- d) reparar, corrigir, remover as suas expensas, no todo ou em parte o(s) objeto(s) em que se verificarem danos em decorrência do transporte, bem como, providenciar a imediata substituição dos mesmos;
- e) providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo contratante quando da entrega do produto;
- f) apresentar, sempre que solicitado documentos que comprovem a procedência do produto fornecido, assim como amostra para análise pela Administração, sem qualquer ônus adicional;
- g) não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto do contrato ou da Ata de Registro de Preços;
- h) manter, durante a vigência do contrato ou do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação;
- i) a estender aos contratos objeto da Ata, os benefícios e promoções oferecidas aos demais clientes da contratada;
- j) responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento;
- k) responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;
- l) mesmo não sendo a fabricante da matéria prima empregada na fabricação de seus produtos, a empresa vencedora, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta;
- m) manter endereço eletrônico (e-mail) válido para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, o Contratante em caso de alteração;

### **9.2 Da Contratante:**

- a) comunicar a Contratada toda e quaisquer ocorrências relacionadas aos objetos entregues;
- b) efetuar o pagamento da Contratada de acordo com a forma de pagamento estipulada na licitação e no Contrato;

- c) promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento/prestação dos serviços, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;
- d) rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue pela Contratada fora das especificações do contrato;
- e) observar para que durante a vigência do Contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- f) aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;
- g) prestar à CONTRATADA informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados;
- h) demais condições constantes do edital de licitação;

## 10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 O descumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações assumidas no Presente Termo de Referência, ou o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na lei 14.133/21.

10.1.1 Comete infração administrativa a contratada que:

10.1.1.1 dar causa à inexecução parcial do contrato;

10.1.1.2 dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

10.1.1.3 dar causa à inexecução total do contrato;

10.1.1.4 deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

10.1.1.5 não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

10.1.1.6 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.1.7 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

10.1.1.8 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

10.1.1.9 fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

10.1.1.10 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

10.1.1.11 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

10.1.1.12 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;

10.3 Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa, observando a gravidade das faltas cometidas, as seguintes sanções:

10.3.1 advertência;

10.3.2 multa;

10.3.3 impedimento de licitar e contratar;

10.3.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.4 compensatória no percentual de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, pela recusa em assiná-lo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas;

10.5 compensatória no percentual de até 5% (cinco por cento) do valor da fatura correspondente ao mês em que foi constatada a falta;

10.6 moratória no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor total do contrato, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 10% (dez por cento), ou seja, por 20 (vinte) dias, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

10.7 moratória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, pela inadimplência além do prazo acima, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

10.8 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 3 (três) anos;

10.9 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior;

10.10 As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado;

10.11 As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis;

10.12 A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 14.133/21.

### **11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'I', da Lei nº 14.133/2021).**

11.1 O custo estimado total da contratação é de R\$ 527.135,53 (quinhentos e vinte e sete mil, cento e trinta e cinco reais e cinquenta e três centavos), conforme custos unitários apostos na planilha orçamentária (Anexo XI) anexado aos autos.

### **12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'J', da Lei nº 14.133/2021).**

12.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município, na forma abaixo:

Órgão/Unidade Orçamentária	Programa de Trabalho	Fonte de Recursos	Natureza da Despesa
Hospital Municipal Raul Sertã	30001.1030200852.202	1600	33.90.30-05
Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro	30001.1030200852.203		
Central de Regulação, Controle e Avaliação	30001.1030200872.214		
Conselho Municipal de Saúde	30001.1012200822.192		
Subsecretaria de Atenção Básica	30001.1030100832.193		
Estratégia de Saúde da Família	30001.1030100832.194		
Programa Melhor em Casa	30001.1030100832.199		
Gerência de Saúde Mental	30001.1030200832.198		
CEREST	30001.1030200862.212		
Sub. Vigilância em Saúde	300011030500862.208		

Divisão de Saúde Ambiental			
Vigilância Epidemiológica			
Promoção da Saúde			
Programa IST	300011030500862.213		
Vigilância Sanitária	30001.1030400862.209		
Fundo Municipal de Saúde	30001.1012200812.190		
Hemocentro Regional	30001.10.302.0085.2.207		

12.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

### 13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 Termo de referência elaborado por este subscritor auxiliado pela equipe técnica de manutenção desta Secretaria Municipal de Saúde.

Nova Friburgo/RJ, 13 de agosto de 2024.

**GESTOR:**

**Higor de Barros Pinto**  
Matr.: 063.344

Ratifico o presente termo de referência, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, bem como autorizo **O**  
**PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.**

Ciente, de acordo:

**Gabriel Costa Wenderroschy**  
Secretário Municipal de Saúde  
Matr.: 063.454